

I.7 OS NÚCLEOS URBANOS DO LITORAL SUL E A URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

Os embriões dos núcleos urbanos do Litoral Sul de Pernambuco surgiram, em sua quase totalidade, nos séculos XVI e XVII, tendo como origem uma das três formas de ocupação do solo, a saber: a) *portos fluviais* localizados em fundo de estuário, nos pontos onde os rios deixavam de ser navegáveis, que desempenharam importante papel no escoamento do açúcar produzido em sua hinterlândia. Desses portos surgiram os núcleos primitivos de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros (PPSHI, 1982); b) *edificação religiosa* (capela, convento), erigida em sede de engenho e seguida da *criação de paróquia*, do que é exemplo a “freguesia de Santo Antônio do Cabo”, hoje cidade do Cabo de Santo Agostinho, cujo “arraial embrião (...)” começara a se configurar entre 1571 e 1580 em terras do engenho Barbalho (...)” (ANDRADE & LINS, 1984, p. 100); c) *fazenda de coco, vila de pescadores e porto litorâneo*, aos quais se deve o nascimento dos atuais núcleos urbanos de São José da Coroa Grande, Barra do Sirinhaém e Tamandaré, respectivamente (PPSHI, 1982).

Direta e indiretamente ligada à economia canavieira, a evolução dos núcleos acima citados reflete a dinâmica dessa atividade bem como a dos serviços que lhe dão suporte. Um exemplo desse último condicionante é o impacto da ferrovia (séc. XIX) sobre as povoações de fundo de estuário - Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros - cujo dinamismo esteve, até então, associado ao movimento dos respectivos portos fluviais. Para esses portos convergia, em lombo de burro, a produção açucareira da hinterlândia, seguindo, dali, para Recife, em barcaças que faziam tanto o transporte de carga como o de passageiros.

A ferrovia ligando Recife ao Cabo, Escada, Ribeirão, Gameleira, Palmares e Catende - onde chega em 1882 para atingir, depois, Garanhuns (a oeste) e Maceió (a sudoeste) - ao cortar a hinterlândia daqueles portos, leva-os a perderem “movimento comercial e importância”, acarretando, com isso, a decadência dos aglomerados existentes junto aos mesmos (PPSHI, 1982, p. 115). Decadência que, no caso de cidades como Rio Formoso - que “teve um período de grande esplendor na primeira metade do século XIX, dada a importância de seu porto fluvial” - acentua-se, ainda mais, com a implantação das usinas, cujas povoações localizadas nas sedes, passam a desempenhar grande parte das funções exercidas por aquela cidade (PPSHI, 1982, p. 87).

No caso de Barreiros, duas alternativas passaram a ser utilizadas a partir da implantação da ferrovia: a manutenção do transporte de produtos e pessoas, em barcaças, pelo rio Una e litoral; e a inversão do caminho dos tropeiros para a estação de Gameleira de onde as mercadorias seguiam de trem para Recife. Como a adoção da segunda alternativa prejudicasse, em muito, o crescimento econômico da cidade, surgiu a idéia de construir uma ferrovia ligando diretamente Barreiros a Recife, “idéia [que] só se concretizou em 1908, quando a Companhia Geral de Melhoramentos de Pernambuco (...) resolveu construir um ramal ferroviário que, partindo desta cidade (Ribeirão), atingisse Barreiros. Desde então, a população barreirense passou a utilizar uma ferrovia secundária, ligando sua cidade a Ribeirão, onde existia a baldeação para o trem da Great Western, que fazia os percursos Garanhuns/Recife ou Maceió/Recife.” (PPSHI, 1982, p. 115).

Enquanto isso, os núcleos litorâneos, menos dependentes da economia açucareira, continuam a ter seu crescimento dependente da pesca (Barra do Sirinhaém), do coco (São José da Coroa Grande) e do porto marítimo (Tamandaré), assim mantendo-se até a primeira metade do século XX quando as rodovias, possibilitando o transporte do açúcar diretamente dos engenhos e usinas para o Porto do Recife, causam forte queda no movimento dos portos litorâneos e, com isso, na importância das cidades onde os mesmos estão localizados.

CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO

OS NÚCLEOS URBANOS DO LITORAL SUL E A URBANIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA

A povoação do Cabo, não obstante ser sede de freguesia (povoação eclesiástica) desde o século XVI e tornar-se vila em 1812, quando teve sua jurisdição ampliada para abranger a freguesia de Muribeca e parte da freguesia de Ipojuca, permaneceu pouco habitada e com feição de “típico aglomerado rural” (ANDRADE & LINS, 1984, p. 100), guardando tais características até as primeiras décadas deste século, para conhecer, em seguida, um certo dinamismo.

No início dos anos cinquenta, quando a maior parte dos núcleos urbanos da área tinha menos de 2 000 habitantes (população inferior ao da vila Cucaú que, à época - 1950 - contava 2 413 habitantes), Barreiros e Cabo possuíam, respectivamente, 7 066 e 6 029 habitantes (Tabela 01).

TABELA 01 - LITORAL SUL DE PERNAMBUCO - POPULAÇÃO DAS CIDADES E VILAS, NO PERÍODO 1950-1991

| CIDADES E VILAS | POPULAÇÃO ABSOLUTA | | | | | VARIÇÃO |
|-----------------------|--------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|
| | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | |
| Barreiros | 7 066 | 10 402 | 17 294 | 19 397 | 27 460 | 288,6 |
| • Carimã | 124 | 116 | 381 | 189 | 98 | -20,1 |
| Cabo de Sto Agostinho | 6 029 | 10 050 | 26 593 | 47 950 | 68 784 | 1 040,9 |
| • Ponte dos Carvalhos | 1 131 | 5 187 | 12 893 | 30 467 | 36 025 | 3 085,2 |
| • Jussaral | 453 | 581 | 717 | 1 080 | 1 834 | 304,9 |
| • Santo Agostinho | 101 | 112 | 81 | 2 404 | 3 120 | 2 989,1 |
| Rio Formoso | 1 426 | 1 813 | 3 066 | 4 792 | 6 039 | 323,5 |
| • Tamandaré | 866 | 2 060 | 2 400 | 3 177 | 4 352 | 402,5 |
| • Salé | 495 | 1 510 | 1 081 | 1 240 | 1 004 | 102,8 |
| • Cucaú | 2 413 | 2 729 | 2 298 | 2 026 | 1 670 | -30,8 |
| Sirinhaém | 1 772 | 2 476 | 4 081 | 5 794 | 7 389 | 316,9 |
| • Barra do Sirinhaém | 758 | 793 | 1 073 | 1 522 | 2 344 | 209,2 |
| • Ibiratinga | 293 | 755 | 432 | 790 | 672 | 129,4 |
| Ipojuca | 1 829 | 2 744 | 3 417 | 5 849 | 6 755 | 269,3 |
| • Camela | 740 | 2 510 | 3 509 | 5 264 | 7 261 | 881,2 |
| • Nossa Senhora do Ó | 1 313 | 2 292 | 3 077 | 5 812 | 11 152 | 749,4 |
| São José da C. Grande | 1 841 | 2 861 | 3 180 | 4 701 | 6 022 | 227,1 |
| LITORAL SUL | 28 650 | 48 991 | 85 573 | 142 454 | 191 981 | 570,1 |
| PERNAMBUCO | 1 167 400 | 1 856 689 | 2 810 843 | 3 783 264 | 5 051 654 | 332,7 |

FONTE: IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - Pernambuco - 1960.

_____. Censo Demográfico - Pernambuco - 1970, 1980, 1991.

• Vila

A maior expressão populacional desses núcleos em relação aos demais, devia estar associada, no caso de Barreiros, a sua importância como centro polarizador de uma área relativamente extensa, servida por rodovia que interligava o litoral sul de Pernambuco e o norte de Alagoas (atual PE-060) e abastecida por uma feira de porte regional, além de contar a cidade com um setor produtivo constituído por indústrias de bebida (conhaque, vinho), de sabão, café, fubá, doces artesanais (banana, goiaba), etc. e com um comércio permanente, expressivo para a época (meados deste século).

O Cabo, por sua vez, beneficiava-se de fatores locais, tais como: proximidade com Recife, da qual dista cerca de 30km; e de sua localização à margem da BR-101, da PE-060 e do ramal da Rede Ferroviária do Nordeste que liga Recife aos Estados de Alagoas e Sergipe; além de beneficiar-se da existência, em suas vizinhanças, do Cotonificio José Rufino, em funcionamento desde 1926, e da Destilaria Central Presidente Vargas fundada em 1940 e hoje desativada.

Esse conjunto de fatores contribuiria para a instalação, nas proximidades do núcleo urbano do Cabo, do primeiro Distrito Industrial de Pernambuco, criado em 1961 e principal responsável pela expansão demográfica daquela cidade que, a partir de então, distancia-se bastante de Barreiros tanto em ritmo de crescimento como em tamanho populacional, passando de 10 050 habitantes em 1960 para 68 784 habitantes em 1991, o que representa uma variação de 288,6% do contingente demográfico, no mesmo período (Tabela 01).

A urbanização acelerada e desordenada da área, a partir dos anos sessenta, tem como uma de suas causas o deslocamento de moradores dos engenhos para as vilas e sedes municipais, tornando-se assim, esse êxodo rural a principal fonte alimentadora do crescimento urbano daquela e das décadas subsequentes (CPRH/DFID, 1998). No caso específico do Cabo de Santo Agostinho, ao fator supracitado soma-se, ainda nos anos sessenta, a implantação do Distrito Industrial do Cabo, já mencionada e, a partir dos anos setenta, a construção do Complexo Industrial Portuário de Suape, ocasionando o deslocamento, para a sede municipal, de uma massa significativa de produtores (parceiros) dos assentamentos rurais ali existentes e desapropriados para instalação do referido Complexo. Muitos desses ex-parceiros retornariam às terras de Suape, onde permanecem como posseiros. Remonta aos anos sessenta, o surgimento de ocupações espontâneas a exemplo da Vila Charneca, localizada à margem da BR-101 Sul, à retaguarda do setor de granjas e chácaras do Cabo.

Data dos anos setenta a construção, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, das primeiras vilas operárias, a exemplo da Vila da Destilaria Central Getúlio Vargas, assim como a edificação de conjuntos populares como o Conjunto Habitacional Pirapama (Vila da COHAB), a Vila Social Contra o Mocambo, a Vila Roca, a Vila Esperança (CPRH/DFID, 1998) e a Vila Rosário (ao sul do Cabo, à margem da PE-060). São também da década de setenta as COHABs de Rio Formoso e Sirinhaém e a vila do engenho Tibiri, em Barreiros, construída pela Prefeitura para abrigar a população que migrava do campo e ocupava os morros da periferia oeste da cidade.

A aceleração do processo de expansão urbana da área, a partir dos anos setenta, tem como fatores principais a expulsão, em massa, de população da zona rural canavieira em decorrência da implantação do PROÁLCOOL (1975) e a “descoberta” das praias do Litoral Sul como opção de veraneio e lazer de fim de semana, da classe média e média alta do núcleo metropolitano e dos centros urbanos de porte médio, em fuga das praias de Recife e municípios vizinhos já, naquela década, submetidas a acelerado processo de adensamento populacional.

No primeiro caso, a população expulsa do campo passa a aglomerar-se na periferia das cidades, em encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias para assentamentos humanos, intensificando a proliferação de bolsões de pobreza e seus desdobramentos sociais - mendicância infantil, prostituição e violência, entre outros problemas que afligem os núcleos urbanos da área. A regularização dessas ocupações pela Prefeitura dos municípios atingidos tem resultado na criação, em áreas nem sempre adequadas, de loteamentos e vilas destinados à população de baixa renda, contribuindo, com frequência, para o aumento da ocupação desordenada do solo urbano. Esses assentamentos aparecem com relativa expressão em cidades como Rio Formoso, Sirinhaém, Cabo, Ipojuca, Tamandaré e nas vilas, a exemplo de Camela, Jussara e Nossa Senhora do Ó, entre outras.

No segundo caso - urbanização da orla litorânea sul - o processo tem início na década de setenta, com a implantação, ao longo de toda orla, dos loteamentos de veraneio, dentre os quais figuram: o Casamar, em São José da Coroa Grande; Brasília, Las Vegas, Campas I, II e III, Alvorada, Praia Tamandaré e Anaizabela, em Tamandaré; A-Ver-O-Mar, Praia do Guaiamum e Praia de Sirinhaém, em Sirinhaém; Marinas do Aquirá, Enseada de Serrambi, Ponta de Serrambi e Merepe, em Ipojuca; e Praia de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho. A ocupação desses loteamentos tem lugar a partir da década de oitenta e ocorre em ritmo acelerado, envolvendo, com frequência, aterro de mangue, maceiós e gamboas, destruição de dunas e privatização de trechos da praia através de muros, rampas e outras construções que impedem o acesso público a essas áreas.

Surgem, assim, as chamadas “cidades fantasmas” que apresentam intenso movimento nos meses de dezembro a fevereiro e em feriados prolongados, permanecendo adormecidas nas demais épocas do ano, quando moradias, em geral de alto padrão, pousadas, mercadinhos, padarias, lanchonetes e outros serviços cerram as portas até a próxima temporada. Idêntica queda de movimento observa-se nos núcleos urbanos à retaguarda desses loteamentos cuja população permanente representa, às vezes, menos de um quarto do contingente urbano que utiliza o comércio e os serviços desses núcleos no curto período da alta estação.

Nos anos noventa, prossegue, nos núcleos urbanos economicamente dependentes da cana-de-açúcar, a proliferação das áreas ocupadas por população egressa do campo e dos problemas sociais inerentes a tais ocupações. Problemas que, nos últimos quatro anos, vêm-se agravando com o fechamento de várias usinas e o conseqüente aumento do desemprego no campo (e na cidade) bem como da ocupação desordenada do solo nesses núcleos urbanos, tanto pelo adensamento das áreas já ocupadas por população de baixa renda como pela “invasão” de áreas inteiramente impróprias à ocupação. Simultaneamente ao adensamento populacional de tais núcleos urbanos, surgem novos loteamentos cuja ocupação se dá pela mobilidade espacial do contingente urbano de renda média ou média baixa.

A ocupação da orla marítima prossegue, na presente década, em ritmo acentuado, com o surgimento de novos loteamentos e a implantação de infra-estrutura e equipamentos de apoio ao turismo - rodovias asfaltadas, hotéis, resorts, marinas - além de condomínios fechados que surgem como alternativas de investimento na área, estimuladas pelo macro-projeto de desenvolvimento do turismo no Litoral Sul - o Projeto Costa Dourada - e pelo primeiro marco de sua efetiva implantação na área - o Centro Turístico de Guadalupe.